



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001401-80.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito**
 Requerente: **BRUNO ALESANDRO CARDOSO DO AMARAL**
 Requerido: **Sky Brasil Serviços Ltda**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou que mantinha contrato de prestação de serviços com a ré, os quais entretanto eram efetivados com péssima qualidade.

Alegou ainda que perante o PROCON local tal contrato foi rescindido, mas posteriormente recebeu fatura pertinente a cobrança sem que houvesse motivo a justificá-la, resultando daí sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito.

Pleiteou a condenação da ré ao pagamento do valor que lhe foi cobrado, bem como de indenização para reparação dos danos morais que sofreu.

O documento de fls. 05/06 encerra a comprovação de que a assinatura do autor foi cancelada pela ré, com isenção de fatura vencida em julho de 2013.

Esse elemento, não refutado pela ré em contestação, representa a demonstração de que o contrato entre as partes foi regularmente cancelado.

Outrossim, inexistente indicação minimamente segura de que a fatura de fl. 10 tivesse lastro a alicerçá-la.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Seu vencimento foi muito posterior à aludida anteriormente, de cujo pagamento o autor foi isento, e o item "*Diversos*" está desacompanhado de um indício sequer que esclarecesse sobre o que versou.

Dessa forma, firma-se a certeza de que a cobrança não tinha amparo regular, mas ainda assim a pretensão exordial não merece acolhimento.

A condenação do montante cobrado do autor não se justifica porque como já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça "*a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor*" (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, de sorte que não terá aplicação a regra em apreço.

O autor, ademais, nada trouxe aos autos dando conta de que tivesse sido realmente negativado pela ré.

Tal aspecto diz respeito ao fato constitutivo do autor e como não foi por ele demonstrado a conclusão é a de que não se desincumbiu do ônus previsto no art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil.

Assinalo, por fim, que a simples cobrança dirigida ao autor é insuscetível de render ensejo a danos morais passíveis de ressarcimento.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 15 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**